

As Ciências Sociais e os Estudos Pós-Coloniais: entre a crítica e o enriquecimento epistêmico

Recebido em 28-06-2013
Aceito para publicação em 20-12-2013

86

Edison Romera Junior¹

Resumo: O artigo tem como objetivo apresentar sinteticamente a crítica epistemológica dos Estudos Pós-Coloniais destinada ao conhecimento elaborado nas Ciências Sociais hegemônicas ocidentais, com pretensões universalizantes, mais especificamente europeia e norte-americana, caracterizando fundamentalmente um denominado *colonialismo do saber*. Destaca-se que concomitantemente com a referida crítica, é possível alcançar um enriquecimento epistêmico ao saber sociológico por meio de um diálogo respeitoso e responsável, valorizando de igual modo os saberes, teorias, discursos e hermenêuticas elaboradas em outras geografias consideradas “subalternas”, e mais especificamente do continente latino-americano. Apresentando, portanto, uma hipótese viável de hibridez do conhecimento.

Palavras-chave: Ciências Sociais; estudos pós-coloniais; crítica epistêmica; conhecimento.

¹ Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: edisonrjr@gmail.com

1. Introdução

Em uma entrevista realizada com o pensador criativo e intelectual polímata brasileiro, Darcy Ribeiro, no ano de 1978, este que é considerado de importância fundamental no debate concernente a constituição do campo das Ciências Sociais no Brasil ², refere-se aos cientistas brasileiros e aos cientistas sociais em particular como “Cavalo-de-Santo”³, ou seja, como meros receptáculos e reprodutores das teses construídas e fornecidas por intelectuais de outras geografias consideradas como centros hegemônicos de produção do conhecimento.⁴ Pelo que sugere a perspectiva dos debates pós-coloniais na América Latina, o cenário nacional ainda se encontra com poucas mudanças. Levando em consideração que a predominância do referencial teórico e epistêmico estudado em nossas universidades públicas ou privadas ainda é, com raríssimas exceções, de conteúdos eurocêntricos e norte-americanos. É digno questionar até mesmo quais autores, textos e teorias são conferidos e legitimados como *clássicos* perante a sociologia brasileira.

Cogita-se, portanto, se é possível elaborar uma ciência, ou mais especificamente, uma sociologia para além destes centros hierárquicos de conhecimento. Segundo Walter D. Mignolo⁵, o horizonte pedagógico estabelecido pela hierarquia epistêmica colonial na modernidade é caracterizado, entre outros, pela língua nacional e pelo lugar hierárquico que ocupam estas linguagens na estrutura epistêmica de poder. A ampliação destas formas de conhecimento, a partir do século XIX, e a própria organização das ciências sociais resultou na desconcertante e radical hipótese de que, “las lenguas adecuadas para las ciencias sociales fueron, principalmente, el francés, el inglés y el alemán”.⁶

Catherine Walsh⁷ caracteriza esta formação e articulação epistemológica como *colonialidade do saber*, e explica que este é o posicionamento do eurocentrismo como a única perspectiva de conhecimento, descartando concomitantemente a existência e viabilidade de outros

² Bomeny, 2001.

³ A expressão *Cavalo-de-Santo* é utilizada na religião do candomblé e em outras religiões afro-brasileiras, em que a filha ou filhos-de-santo incorporam ou recebem em seu próprio corpo uma entidade espiritual que os controlam em absoluto.

⁴ Ribeiro, 2010.

⁵ Mignolo, 2001.

⁶ *Ibid.*, 2001, p.176.

⁷ Walsh, 2008.

saberes e racionalidades epistêmicas, assim como outros conhecimentos que não sejam da mesma matriz dos homens brancos europeus ou europeizados.

2. Da crítica ao enriquecimento epistêmico

Esta forma de *ocidentalização*, que segundo alguns intelectuais, foi “através do colonialismo e da emancipação das colônias de povoamento, [que] a ocidentalização do mundo marca a nova era planetária”⁸, emancipação esta que encontra seu modelo, suas normas e suas concepções sob o imperialismo europeu ocidental, ou em outras palavras, segundo Serge Latouche, ocorre justamente um *etnocídio*.⁹

Porto-Gonçalves¹⁰ explicita esta problemática ao sinalizar que a produção do conhecimento aqui nos trópicos, referindo-se de modo significativo às teses pós-coloniais, não devem ser tratadas como um marco das ciências sociais *latino-americanas*, não incorrendo assim, na mesma falácia de reprodução geopolítica de conhecimento, sedimentada sob a égide do eurocentrismo, que caracteriza o conhecimento elaborado em outras fontes, que não às dos centros hegemônicos e, desenvolvidas e escritas em outras línguas que não-hegemônicas, configurariam meros saberes locais ou regionais. E assim, torna gráfica a questão esclarecendo que:

É como se houvesse um saber atópico, um saber-de-lugar-nenhum, que se quer universal, e capaz de dizer quais saberes são locais ou regionais. Assim como cada um, de cada lugar do mundo, tem de assinalar em seu endereço eletrônico o país onde mora e de onde fala – *.br* (Brasil) ou *.ve* (Venezuela); ou *.mx* (Mexico) ou *.cu* (Cuba) ou *.ar* (Argentina) ou *.co* (Colombia) – aquele que fala a partir dos EUA não precisa por *.us* ao seu endereço e, assim, é como se falasse de lugar-nenhum tornando familiar que cada qual se veja, sempre, de um lugar determinado,

⁸ Morin, 2005, p.24.

⁹ “Quando duas culturas entram em contato (...) [e] o contato não se traduz numa troca equilibrada e sim em um fluxo massivo de mão única, a cultura receptora é invadida, ameaçada em sua própria existência e pode ser considerada vítima de uma verdadeira agressão. Se a agressão for, além disso, física, trata-se do desaparecimento puro e simples, ou genocídio. Se a agressão for simbólica, o genocídio é apenas cultural, é o etnocídio. O etnocídio é o estágio supremo da desculturação” (Latouche, 1994, p. 63).

¹⁰ Porto-Gonçalves, 2005.

enquanto haveria aqueles que falam como se fossem do mundo e não de nenhuma parte específica. No Brasil, há o nordestino, o sulista e o nortista, mas não há o sudestino, nem o centro-oestista (Referente à região Centro-Oeste, hoje dominada pelos grandes capitais – agronegócios, sobretudo – e, portanto, extensão do Centro). Afinal, o sudeste é o centro e, como tal, não é parte. É o todo! E a melhor dominação, sabemos, é aquela que, naturalizada, não aparece como tal. Já houve época em que se pôs o verbo à ação. Todavia, a palavra, se verbo, indica ação.¹¹

A crítica ao eurocentrismo é uma crítica elaborada à sua episteme e sua lógica que se desenvolve por essencialismos, sucessivas separações e reducionismos diversos. O interesse fundamental não trata de uma busca por privilégios, senão por um “direito epistemológico”, como sugere Mignolo¹², não permitindo sucumbir diante da diferença colonial, mas sim, pelo contrário, capitalizá-la.

A lógica desta colonização, de conquista e domínio em diversas esferas, é um ato de grande violência. O que no Brasil denominou-se por “descobrimento” equivaleu de fato a um encobrimento, ou de modo mais incisivo, a um apagamento do outro, tanto da história dos povos originários do Brasil e da África, quanto das capacidades de se fazer, se colocar hermeneuticamente no mundo e de ser na contemporaneidade. Já foi diligentemente desmentido que tal, concomitantemente, não significou um “encontro” de culturas, como outrora já desejaram escamotear a violência de sua invasão; pois, o que de fato ocorreu, “foi um imenso desencontro, um verdadeiro choque de civilizações”¹³. Assim “en esa visión y en esa historia, es lógico que la colonialidad fuera pasada por alto o *disfrazada de injusticia* necesaria en nombre de la justicia”¹⁴.

A colonização implica que uma nação com sua diversidade cultural, memória, história e religião submeta-se à outra, perdendo inevitavelmente seu caráter histórico. Ao aderir à lógica do outro, assumiu formas políticas, hábitos culturais e expressões religiosas e a língua

¹¹ Porto-Gonçalves, 2005, p.9.

¹² Mignolo, 2001.

¹³ Boff, 2000, p.15-6.

¹⁴ Mignolo, 2007, p.33. Grifo nosso.

do dominador. Aimé Césaire¹⁵ questiona se, dentre todas as formas possíveis de contato, teria sido esta operada pelo europeu a mais apropriada? Ele responde categoricamente que não. Por causa deste processo os povos colonizados apresentam, ainda que posteriormente a colonização, uma enorme dificuldade em elaborar sua própria identidade. São forçados a se ver segundo a perspectiva do outro. Neste processo não há contato humano, existem apenas relações de dominação e de submissão, transformando o colonizador numa espécie de vigilante, superior, suboficial inquestionável, em contrapartida, ao que sofre a colonização, em instrumento de produção. Segundo Césaire, a equação está formulada, “colonização = coisificação”.¹⁶

O pensamento legitimatório de *auto-absolvição*, como afirmou Albert Memmi¹⁷, é impingido pelo europeu como portador de um conhecimento civilizacional e histórico superior, galgando, como missão e por mérito, iluminar as “trevas” características e latentes do colonizado. Esta sua feitura permitiria com que vivesse com certa harmonia cognitiva e emocional como benfeitor. Enquanto que, ao subalterno, resta-lhe ser reconhecido no obscurantismo e múltiplas defasagens que lhe são devidas e assim, “inscreve-se aqui a surpreendente atitude mental chamada *paternalista*”.¹⁸ Está construída, desta forma, a noção de “protetorado”, afirmado pelo que colonializa, em sua linguagem e construções ideológicas de domínio, que o subalterno seja encarado como “débil”, sugerindo, “com isso, que tal deficiência reclama proteção”.¹⁹ Diante deste cenário, A. Césaire declara com grande contundência: “esta Europa, citada ante o tribunal da ‘razão’ e ante o tribunal da ‘consciência’, não pode justificar-se; e se refugia cada vez mais em uma hipocrisia ainda mais odiosa, porque tem cada vez menos probabilidade de enganar. A Europa é indefensável”²⁰.

A questão pós-colonial de que este artigo se ocupa trata da crítica às Ciências Sociais, e mais propriamente à Sociologia, que sustenta esta lógica relacional nas reflexões de suas teses e preocupações epistêmicas. A acusação proposta por Darcy Ribeiro ainda parece pertinente,

¹⁵ Césaire, 2010.

¹⁶ *Ibidem*, p.32.

¹⁷ Memmi, 1977.

¹⁸ *Ibidem*, 1977, p.72, grifo do autor.

¹⁹ Memmi, 1977, p.79.

²⁰ Césaire, 2010, p.15.

a uma sociologia que permanece vinculada, ou pior, subordinada, às leituras e teses de outra geopolítica desvinculada de nossas questões fundamentais e diretrizes hermenêuticas.

Com certa ironia elucidativa, Frantz Fanon, compreende que a empreitada colonizatória desenvolveu uma violência não somente “à casa”, mas também, “ao cérebro do colonizado”.²¹ O que se subentende, é que os esforços dos pesquisadores e intelectuais latino-americanos opõem-se à transformar nossa criatividade interpretativa e as nossas ricas elaborações científicas, à semelhança do que produzem europeus ou norte-americanos. Segundo este pensador martinicano, para que se concretize a possibilidade de avançar e elevar-se a um nível distinto em detrimento do que é imposto pelo europeu, é necessária uma *consciência inventiva*, é necessário *descobrir*. O imperativo de responder às perguntas que se colocam entre latino-americanos não encontrará paralelo no pensamento já fixado pela Europa ou Norte-América. A resolução das inquietações tropicais encontra-se no desenvolvimento de um pensamento novo, no entendimento de que aqui se fez uma nova civilização.

Fanon não ignora a Europa, se assim o fizesse continuaria sustentar uma intrínseca subordinação; pelo contrário, acusa sua existência, mas clarificando tratar de outro mundo, de outras expressões do humano. Sendo que este outro humano não precisa ser seguido pelo resto da humanidade. Pelo contrário, é melhor afastar-se de seu caminho. O que é significativo para Fanon é que os povos não-europeus assumam o lugar que lhes corresponda como povos e nações entre povos e nações; como homens e mulheres entre homens e mulheres. O enfrentamento, em outras palavras, é, “como um homem, exigindo para si o mesmo que o colonizador exigiu para ele, considerando-se como homem. Não mais, nem tampouco menos”.²² A leitura de Leopoldo Zea sobre a obra de Fanon é esclarecedora e merece sua menção:

É o colonizador – diz Fanon – quem *fez e continua fazendo* o colonizado. E é em função deste feito que criou no mundo uma ordem que naturalmente, não é própria do colonizado. A descolonização, realmente, é criação de homens novos. Mas esta criação não recebe a sua legitimidade de nenhuma potência sobrenatural;

²¹ Fanon, 1979, p.28.

²² Zea, 2005, p.467.

a 'coisa' colonizada converte-se em homem no mesmo processo pela qual se liberta". Este processo inclui não só o enfrentamento, mas o resultado do mesmo, isto é, a dupla consciência da qual falamos aqui: o colonizado toma consciência da sua humanidade, ao mesmo tempo em que o colonizador toma de sua inumanidade. Um sente que se eleva ao nível de homem, enquanto que o outro sente que com seu ato vai rebaixando o seu nível. Um sente-se impelido a construir um mundo novo, enquanto o outro, a destruir o que criou. Um se vê como uma saída aberta a todas as possibilidades; o outro como uma rua sem saída. O colonizado sente-se impelido a continuar sua ação libertadora para passar à criadora; enquanto que o colonizador, como quem reconhece uma culpa, busca apagar esta e começar, se possível, como se nada tivesse feito, partindo do zero. Um ponto de partida que não pode ser do colonizado que tem em seu haver a consciência de sua subordinação e os esforços realizados para pôr-lhe fim. [...] O importante é criar um mundo novo no qual, talvez, queira ou possa incorporar-se o homem ocidental; mas um mundo que não poderá ser o que ele criou ainda que originado de ação subordinadora. Por isso, diz Frantz Fanon, sem rancores, sem ódios: "Pela Europa, por nós mesmos e pela humanidade, companheiros, temos de trocar de pé, desenvolver um pensamento novo, tratar de criar um homem novo". Fazer o que o europeu não foi capaz de fazer, evitar a desumanização na qual caiu o seu humanismo limitado, só assim, diz o filósofo africano, poderemos responder à mesma "esperança dos europeus"²³.

Esta lógica aplica-se com facilidade à produção e à colonização do saber disseminado a partir do referencial europeu e, também, norte-americano. É até mesmo aparentemente contraditório que dois dentre os três personagens²⁴ em que se é reconhecida e atribuída a paternidade do campo de estudos denominado de Sociologia, no caso, Weber e Marx, sequer davam-se a si próprios o título de sociólogos. Caso alterássemos os nomes, a

²³ Zea, 2005, p.471-3, grifo do autor.

²⁴ No Brasil é fixado de modo geral, não apenas nas grades curriculares dos cursos de Ciências Sociais e Sociologia, pelas Universidades e Faculdades no território nacional, mas também, expresso em boa parte da literatura produzida nesta área de estudos em Ciências Humanas, como sendo *os clássicos*, a serem estudados, portanto, imperativos dominadores da dedicação em leituras e pesquisas teóricas na área. A título de exemplo, mencionamos o livro do sociólogo Carlos E. Sell, *Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber* (2010), e não menos importante, mas emblemático também, como uma referência para o presente texto, o trabalho das três sociólogas Tania Quintaneiro, Maria L. de O. Barbosa e Márcia G.M. de Oliveira, intitulado: *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber*.

argumentação de Mignolo permanece pertinente também à história do conhecimento sociológico:

Basta olhar para as biografias dos principais nomes da construção das ciências ocidentais (Copérnico, Galileu, Kepler e Newton) para identificarmos a configuração geo-política (incluindo, é claro, a linguística) do seu pensamento. [...] Aconteceu, porém, que a forma universal de conhecer foi promovida, defendida e ampliada por um grupo de homens que viviam na Europa, estudavam nas universidades prestigiadas de seu tempo, e aconteceu que eram também homens brancos, embora alguns deles fossem judeus.²⁵

O que nos leva a conceber que seria incoerente atribuir uma consideração “universalizante” a qualquer autor, teoria ou metodologia científica, pois esta postura nada mais é que uma continuidade de um processo colonizatório já antigo e não mais disfarçável. Esta é uma colonização do saber promovida pelas geopolíticas hegemônicas de conhecimento, e sustentadas pelos que assim ainda as assimilam. Não levando em consideração que, na realidade, todo conhecimento é situado, portanto, possui uma raiz local, seja esta real ou mesmo imaginativa.

Desta feita, inexistente um *saber-de-lugar-nenhum*, ou qualquer processo global que possa ser desvinculado de seu respectivo contexto sócio-histórico, assim como de interesses que o produzem e o qualificam como “universal”. Esta conjuntura reafirma a pertinência de um conceito utilizado por Boaventura de Sousa Santos,²⁶ o qual aplicamos à própria Sociologia estudada de modo geral no Brasil, fruto de um “localismo globalizado”.²⁷ A insistente perpetuação, em referências teóricas e epistêmicas ou metodológicas, de autores ocidentais designados como sendo os únicos a serem considerados “clássicos”, assim como

²⁵ Mignolo, 2006, p.675-685.

²⁶ Santos, s/d.

²⁷ Entende-se como, “o processo que cria o global, enquanto posição dominante nas trocas desiguais, é o mesmo que produz o local, enquanto posição dominada e, portanto, hierarquicamente inferior” (SANTOS, 2001, p.69). “A primeira forma de globalização é o *localismo globalizado*. Consiste no processo pelo qual determinado fenômeno local é globalizado com sucesso. [...] A segunda forma de globalização chamo *globalismo localizado*. Consiste no impacto específico de práticas e imperativos transnacionais nas condições locais, as quais são, por essa via, desestruturadas e reestruturadas de modo a responder a esses imperativos transnacionais” (Santos, s/d).

“contemporâneos”, delinea e transforma, portanto, continuamente a articulação e saber sociológico de outros espaços e contextos em “globalismos localizados”. Sérgio Costa, ao generalizar o caso do orientalismo,²⁸ apresentado originalmente pelo palestino Edward Said, demonstra que, “a polaridade entre o Ocidente e o resto do mundo (*West/Rest*) encontra-se na base de constituição das ciências sociais”²⁹.

Além disso, ao construir esta ideologia colonialista das Ciências Sociais e do fazer sociológico, ao procurar estabelecer a tese de uma suposta superioridade, que é absolutamente circunstancial e histórica, este pretensão dominador *científico* ou *epistêmico*, desdobra-se inevitavelmente em um racismo perverso. Influenciado pelo pensamento de Albert Memmi, o filósofo e jurista brasileiro Roland Corbisier afirma que,

Para justificar, para legitimar o domínio e a espoliação, o colonizador precisa estabelecer que o colonizado é por ‘natureza’”, ou por ‘essência’, incapaz, [...] em suma, inferior. Incapaz, por exemplo, de educar-se, de assimilar a ciência e a tecnologia modernas, bem como de exercer a democracia, de governar-se a si mesmo.³⁰

E assim, o estudo de autores e teses que nascem em nossas terras latino-americanas, e de modo especial, no Brasil, são praticamente desconhecidos, ou quando muito, conhecidos parcial e tangencialmente. Tal comportamento já é por si só uma grave denuncia a que, “um certo colonialismo faz com que leiamos com atenção os europeus ou norte-americanos, mas nunca os latino-americanos”³¹. Como exemplo, poderíamos questionar quais de nossos estudantes, ou até mesmo já graduados e pós-graduados em ciências sociais dominam pelo menos dois ou três dos autores que seguem como o fazem com os já mencionados *clássicos ocidentais*? Em exemplo, autores como os sociólogos: Darcy Ribeiro (Brasil); Néstor García

²⁸ Entende-se o “Oriente do orientalismo, ainda que remeta, vagamente, a um lugar geográfico, expressa mais propriamente uma fronteira cultural e definidora de sentido entre um nós e um eles, no interior de uma relação que produz e reproduz o outro como inferior, ao mesmo tempo que permite definir o nós, o si mesmo, em oposição a este outro, ora representado como caricatura, ora como estereótipo, e sempre como uma síntese aglutinadora de tudo aquilo que o nós não é e nem quer ser” (Costa, 2006, p. 86).

²⁹ Costa, 2006, p.86.

³⁰ Corbisier, 1978, p.100.

³¹ Dussel, 1986, p.15.

Canclini (Argentina); Octavio Ianni (Brasil); Orlando Fals Borda (Colômbia); Renato Ortiz (Brasil); Anibal Quijano (Peru); Gilberto Freyre (Brasil); Kabengele Munanga (Congo – reside no Brasil desde 1980); Ruy Mauro Marini (Brasil); ou, Sergio Buarque de Holanda (Brasil), entre tantos outros. E mais, entre as sociólogas: Nora Garita Bonilla (Costa Rica); Inés Izaguirre (Argentina); Lísias Nogueira Negrão (Brasil); Raquel Sousa Elízaga (México); Paula Monteiro (Brasil); ou Silvia Rivera-Cusicanqui (Bolívia); entre tantas outras que poderiam aqui ser também mencionadas.

Deixamos claro aqui, que Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber são localizados no tempo e no espaço, e absolutamente vinculados a estes, tanto quanto qualquer um dos autores citados acima. Esta crítica estende-se ainda a outras personalidades de destaque na sociologia contemporânea *ocidental*, como Pierre Bourdieu, Edgar Morin, Michel Foucault, Anthony Giddens, Jean Baudrillard, Manuel Castells, Jacques Ellul, Jürgen Habermas, Norbert Elias, Reinhard Bendix, Robert Castel, apenas para citar alguns. Como forma de poder geopolítico, sob o avanço da concepção eurocêntrica e norte-americanista, a reprodução por estes centros hegemônicos de um claro colonialismo do conhecimento, incluindo o sociológico, é configurado com consentimento dos subalternos, neste caso, latino-americanos. O Brasil foi afligido, em parte, mas não cabalmente, por esta lógica desde sua gênese civilizacional, como já bem expressou Sérgio B. de Holanda:

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, *somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra*. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: *o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução própria de outro clima e de outra paisagem*.

Assim, antes de perguntar até que ponto poderá alcançar bom êxito a tentativa, caberia averiguar até onde temos podido representar aquelas formas de convívio, instituições e ideias de que somos herdeiros.³²

Esta leitura de nosso celebre sociólogo brasileiro, é capaz de nos imunizar até mesmo quanto à postura de passividade, a qual poderíamos ser entusiasticamente seduzidos. Fazendo assim com que absolvêssemos o conjunto de correntes analíticas e elaborações epistêmicas fornecidas pela crítica pós-colonial, cuja gênese se apresenta com (ironicamente, já denominados também, como *clássicos*, nesta área) os pensadores Homi Bhabha, Albert Memmi, Gayatri Spivak, Aimé Césaire, Dipesh Chakrabarty ou Edward Said; o que equivaleria a construir certa historiografia difusa e emblematicamente “colonial” que, ignorando o que a própria intelectualidade nacional já produziu, atesta o desconhecimento de leituras pós-coloniais precoces que se desenvolveram ainda em períodos anteriores, em nossos espaços discursivos; sem que tenham alcançado grande visibilidade mundial³³.

Seria este o caso de Caio Prado Junior,³⁴ por exemplo, que de acordo com o que esboçou em *A Formação do Brasil Contemporâneo*, explicitando assim, que a situação do país havia sido quase totalmente, senão em grande parte, efeito consecutivo do modelo colonial de dominação e exploração econômica e ideológica, que inevitavelmente, permanece de uma forma ou outra, vigente. Segundo o pensamento de Prado Junior, a classificação do Brasil como uma nação *subdesenvolvida*, não é decorrência da incompetência dos colonos portugueses, nem mesmo uma justificada “preguiça” dos brasileiros. É, em resumo, efeito

³² Holanda, 1995, p.31, grifo nosso.

³³ É salutar a menção do cientista social brasileiro Darcy Ribeiro, como um de nossos casos mais emblemáticos, cuja tradução e importância de sua obra já alcançaram toda a América Latina e praticamente todos os demais continentes, sendo um autor que desafia com autenticidade um modo singular e hegemonicamente ocidental de *imaginação sociológica* em antagonismo às características ausências de elaborações teóricas brasileiras, não se deixando guiar por parâmetros exógenos elaborados por uma pretensa modernidade que ignora a positividade das experiências autóctones existentes, de maneira a ampliar os cânones explicativos da própria modernidade, ao incluir os povos americanos na história da humanidade (Miglievich-Ribeiro, 2011[A]; 2011[B]). Darcy Ribeiro num esforço de deslocamento de formas hegemônicas de conhecimento elaborou elementos fundamentais para a crítica descolonizadora, e decolonial, das Ciências Sociais latino-americanas, posteriormente assimiladas e aprofundadas por outro intelectual latino-americano, de considerável importância nos debates e estudos pós-coloniais e decoloniais, Walter Mignolo em seu *pensamento liminar* (Miglievich-Ribeiro, 2012).

³⁴ Prado Junior, 1945.

direto da administração planejada de diversos recursos de nossos trópicos, objetivando a incorporação subalterna do país em um sistema que focaliza exclusivamente o lucro do colonizador.

3. Considerações finais

Obviamente que não consta em nossos interesses sugerir alterações curriculares quanto à denominada “Sociologia Clássica”, que inevitável e aparentemente continuará sendo ainda pautada pelas próximas décadas por Durkheim, Weber e Marx. As pretensões aqui sugestionam um intercâmbio epistemológico, um diálogo hermenêutico e metodológico mais minucioso e, até mesmo, uma simbiose de tradições teóricas e discursivas, de mútuo proveito e respeito, pois que, não faria qualquer sentido ignorar, ou não conferir o devido valor às contribuições do Ocidente, pelos teóricos pós-coloniais. A postura é outra, a de um confronto com outras narrativas, ampliando assim, as possibilidades enunciativas e epistêmicas. Inclusive, obviamente, na Sociologia.

Não se trata de nos isolarmos do mundo intelectual externo nem de sermos xenófobos. Exigi-se o cumprimento de uma necessidade de acumulação de conhecimentos congruentes com o nosso crescimento e progresso. [...] A acumulação dos países do Norte e a sua superioridade técnica não podem negar-se. No entanto, podem relacionar-se, de maneira horizontal e respeitosa, com o que nos países do Sul temos aprendido e descoberto no nosso contexto e com a nossa ciência popular contextualizada. [...] necessitamos de universidades democráticas e altruístas que estimulem a participação criativa dos estudantes na procura de novos conhecimentos e, nessa medida, considerem a investigação como ferramenta pedagógica do maior valor, como base da autonomia acadêmica. Que tenham como tarefa prioritária a consolidação de um ambiente cultural que propicie a criatividade durante todas as etapas de formação que contribuam para o processo de reconstrução social e o bem-estar das maiorias desprotegidas da população. [...] Isto contribuirá para substituir as definições discriminatórias entre o acadêmico e o popular e entre o cientista e o político, sobretudo na medida em que se enfatizem as relações complementares. Assim também merecemos viver e

progredir de forma satisfatória e digna de autoestima, utilizando os nossos grandes e valiosos recursos.³⁵

As considerações propostas por Mora-Oseja e Borda,³⁶ tratam de expurgar o que há de etnocentrismo aceito natural e tradicionalmente dentro das Ciências Sociais – e também para além delas – incluindo a completa superação de qualquer complexo de inferioridade. Para tanto, seu projeto epistêmico e político-pedagógico não se resume em mera confrontação ou negação do outro, pratica comparada a xenofobia do que é estranho ou exterior, mas pela valorização de construções teóricas e políticas autóctones, como sendo as mais bem elaboradas e salutareas para ação e compreensão geopolíticas próprias, sendo capazes de manter diálogos com outras concepções; se tratando, portanto, da hibridez do conhecimento. Isso equivale afirmar que nossa produção intelectual deve, prioritariamente, ser julgada ou avaliada segundo sua originalidade, sua pertinência e, sua aplicabilidade dentro de nossa própria cultura e não por referências distantes de nós ou por índices de citação ou publicação em “línguas hegemônicas”.

³⁵ Mora-Oseja; Borda, 2006, p.717-20.

³⁶ *Ibidem.*, 2006.

Referências

- BOFF, Leonardo (2000). *Depois de 500 anos: que Brasil queremos?* Petrópolis: Vozes.
- BOMENY, Helena (2001). *Darcy Ribeiro: Sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- CÉSAIRE, Aimé (2010). *Discurso sobre o colonialismo*. Blumenau: Letras Contemporâneas.
- CORBISIER, Roland (1978). *Filosofia política e liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- COSTA, Sérgio (2006). *Dois atlânticos: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte: UFMG.
- DUSSEL, Enrique (1986). "Prefácio". In: ZIMMERMANN, Roque. *América Latina – o não ser: uma abordagem filosófica a partir de Enrique Dussel (1962-1976)*. Petrópolis: Vozes.
- FANON, Frantz (1979). *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HOLANDA, Sérgio B. de (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- LATOUCHE, Serge (1994). *A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária*. Petrópolis: Vozes.
- MEMMI, Albert (1977). *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adélia (2011). *Darcy Ribeiro e o enigma Brasil: um exercício de descolonização epistemológica*. In.: Revista Sociedade e Estado, vol.26, nº2, Maio/Agosto, pp.23-49.
- _____. (2011). *Darcy Ribeiro e o pensamento crítico latino-americano: diálogos com a epistemologia pós-colonial*. In: SINAIIS – Revista Eletrônica - Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição nº 9, vol. 1, Junho, pp.12-31.

_____. (2012). *Darcy Ribeiro e a crítica pós-colonial de Walter Mignolo: notas sobre processos civilizatórios nas Américas*. Revista Dimensões – Revista de História da UFES. Vitória: CCHN, UFES, vol. 29. pp.281-380.

MIGNOLO, Walter D. (2006). “Os esplendores e as misérias da ‘ciência’: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistêmica”. In: SANTOS, Boaventura de S. (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: “um discurso sobre a as ciências” revisitado*. São Paulo: Cortez.

_____. (2007). *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Editorial Gedisa.

_____. (2001). *Descolonización epistémica y ética: la contribución de Xavier Albó y Silvia Rivera Cusicanqui a la reestructuración de las ciencias sociales desde los Andes*. Revista Venez. de Econ. y Ciencias Sociales, vol. 7 nº 3 (sept. – dic.), pp.175-195.

MORA-OSEJO, Luis E.; BORDA, Orlando F. (2006). “A superação do Eurocentrismo. Enriquecimento do saber sistêmico e endógeno sobre o nosso contexto tropical”. In: SANTOS, Boaventura de S. (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: “um discurso sobre a as ciências” revisitado*. São Paulo: Cortez.

MORIN, Edgar; KERN, Anne B. *Terra-pátria* (2005). Porto Alegre: Sulina.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. (2005). “Apresentação da edição em português”. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-Americanas*. Buenos Aires: CLACSO.

PRADO JUNIOR, Caio. *A formação do Brasil contemporâneo – Colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1945.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de O.; OLIVEIRA, M. G. M. de. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim, Weber*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

RIBEIRO, Darcy. *Darcy Ribeiro (depoimento, 1978)*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. 61p.

SANTOS, Boaventura de S. (2001). "Os processos da globalização". In: _____. (Org.). *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento, 2001.

_____. (2013). *Por uma concepção multicultural de Direitos Humanos*. s/d. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/multicultural.html>>. Acesso em: 23 de Março de 2013.

SELL, Carlos E. (2010). *Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber*. Petrópolis: Vozes.

WALSH, Catherine (2008). *Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgências político-epistémicas de refundar el Estado*. Bogota: Tabula Rasa, nº 9, julho-dezembro. pp.131-152.

ZEA, Leopoldo (2005). *Discurso desde a marginalização e a barbárie seguido de A filosofia latino-americana como filosofia pura e simplesmente*. Rio de Janeiro: Garamond.

As Ciências Sociais e os Estudos Pós-Coloniais: entre a crítica e o enriquecimento epistêmico

Abstract: The article aims to present synthetically the epistemological critique of Post-Colonial Studies aimed to knowledge produced in the Social Sciences Western hegemonic, universalizing claims with, specifically European and American, featuring a fundamentally called colonialism know. It is noteworthy that concurrently with such criticism, it is possible to achieve an enrichment to the epistemic sociological knowledge through respectful dialogue and responsible, valuing equally the knowledge, theories, discourses and hermeneutics developed in other geographies considered "menial" and more specifically the Latin American continent. And, thus, one possibility of hybridity knowledge.

Keywords: Social Sciences; post-colonial studies; critical epistemic; knowledge.

Resumen: El artículo tiene como objetivo presentar brevemente la crítica epistemológica de los estudios poscoloniales destinada al conocimiento producido en el Ciencias Sociales hegemónico occidental con pretensiones universalistas específicamente europeas y norteamericanas, ofreciendo fundamentalmente un denominado colonialismo de saber. Es de destacar que al mismo tiempo que dicha crítica, es posible lograr un enriquecimiento epistémico al conocimiento sociológico a través de un diálogo respetuoso y responsable, valorando igualmente los conocimientos, teorías, discursos y hermenéutica desarrollados en otras geografías considerados "de baja categoría" y más concretamente, el continente latinoamericano. Así, la presentación de una hipótesis viable de hibridez de conocimiento.

Palabras clave: Ciencias Sociales, estudios poscoloniales; crítica epistémica; conocimiento.